



GLOBAL JOURNAL OF HUMAN-SOCIAL SCIENCE: A
ARTS & HUMANITIES - PSYCHOLOGY
Volume 20 Issue 15 Version 1.0 Year 2020
Type: Double Blind Peer Reviewed International Research Journal
Publisher: Global Journals
Online ISSN: 2249-460x & Print ISSN: 0975-587X

Jornalistas Em Direção Às Instituições (1970-2010)

By Vaniucha De Moraes

Abstract- By analyzing the conditions of production of the biographical and memorialistic records of the Brazilian journalistic elite that occurred between the dictatorial period and the years of redemocratization it was possible to enlighten structuring characteristics of the professional journalistic market, its hierarchical structure, internal conflicts, forms of legitimation and constitutive elements of professional identity. This paper presents part of an original research on the Brazilian journalistic elite. Through this investigation, it was possible to identify the spheres of activity and consecration of journalists - notably, the press, politics, literature and the university - and the transposition of journalists to the State, either as occupants of elective positions in the legislative power, or in the public servants career in statutory positions of public universities, a phenomenon that resulted in the increase of the production of memory and history in the scientific field. This process is personified here by the exemplary cases of Ana Arruda Callado, Bernardo Kucinski and Fernando Gabeira.

Keywords: *journalistic elite; biographies and memoirs; sociology of elites; history of the press; sociology of culture.*

GJHSS-A Classification: FOR Code: 190399



Strictly as per the compliance and regulations of:



Jornalistas Em Direção Às Instituições (1970-2010)

Vaniucha De Moraes

Resumo- A análise das condições de produção dos registros biográficos e memorialísticos da elite jornalística brasileira que se consolidou entre o período ditatorial e os anos de redemocratização evidenciam características estruturantes do mercado profissional jornalístico, sua estrutura hierárquica, conflitos internos, formas de legitimação e elementos constitutivos da identidade profissional. Esta argumentação apresenta parte de uma pesquisa original sobre a elite jornalística brasileira. Por meio dessa investigação pode-se identificar as esferas de atuação e consagração dos jornalistas - notadamente, a imprensa, a política, a literatura e a universidade - e a transposição de jornalistas para o Estado, seja na condição de ocupantes de cargos eletivos situados no poder legislativo, seja como servidores públicos de carreira em cargos estatutários de universidades, fenômeno que se desdobrou no aumento da produção de memória e história no campo científico. Esse processo é personificado aqui pelos casos exemplares de Ana Arruda Callado, Bernardo Kucinski e Fernando Gabeira.

Palavras-chaves: elite jornalística; biografias e memórias; sociologia das elites; história da imprensa; sociologia da cultura.

Abstract- By analyzing the conditions of production of the biographical and memorialistic records of the Brazilian journalistic elite that occurred between the dictatorial period and the years of redemocratization it was possible to enlighten structuring characteristics of the professional journalistic market, its hierarchical structure, internal conflicts, forms of legitimation and constitutive elements of professional identity. This paper presents part of an original research on the Brazilian journalistic elite. Through this investigation, it was possible to identify the spheres of activity and consecration of journalists - notably, the press, politics, literature and the university - and the transposition of journalists to the State, either as occupants of elective positions in the legislative power, or in the public servants career in statutory positions of public universities, a phenomenon that resulted in the increase of the production of memory and history in the scientific field. This process is personified here by the exemplary cases of Ana Arruda Callado, Bernardo Kucinski and Fernando Gabeira.

Keywords: journalistic elite; biographies and memoirs; sociology of elites; history of the press; sociology of culture.

I. INTRODUÇÃO

Entre a segunda metade do século passado e as duas primeiras décadas do século 21 assistiu-se, na produção cultural brasileira, a uma profusão de registros biográficos e memorialísticos de jornalistas. Nessas reminiscências jornalísticas havia em comum a

exaltação de uma certa identidade profissional, a do jornalista que conjuga o seu ofício na imprensa com incursões na literatura e na política. Entretanto, essa identidade romântica se contrapunha ao perfil do jornalista que se consolidava, esse mais técnico e associado à atividade de produção da informação. Portanto, havia uma contradição entre os jornalistas retratados e os jornalistas que circulavam no mercado de trabalho.

Esse descompasso da identidade jornalística expressada nas fontes históricas e memorialísticas ensejou uma pesquisa sobre as condições de produção de livros, memórias, biografias, obras literárias, entrevistas e depoimentos para trabalhos acadêmicos. A análise do contexto da produção das referidas fontes constitui, nesse trabalho, uma investigação acerca do contexto de publicação, as origens das iniciativas, os modelos textuais adotados, as autorias, as editoras de origem e os elementos identificadores das trajetórias pessoais e profissionais. Tais dados são importantes pois possibilitam a reconstrução das determinações sociais da existência dos agentes e expressam os padrões de organização, os conflitos hierárquicos e a lógica de funcionamento do grupo social em questão (Miceli, 2001).

O presente artigo traz a lume um fragmento de uma pesquisa maior a respeito dos registros biográficos e memorialísticos de membros¹ da elite jornalística brasileira que tiveram suas carreiras consolidadas entre o período de ditadura militar e os anos pós-redemocratização. Dentre as descobertas dessa investigação destaca-se que a elite jornalística é constituída por aqueles profissionais monumentalizados pela historiografia da profissão. Somado a isso, foi por meio de registros de histórias de vida que os jornalistas conseguiram atestar a existência social entre os mais notáveis da profissão.

Pode-se dizer que os membros da elite jornalística ascendem a posições de prestígio circunscritas a quatro esferas de atividade: a *modernização da imprensa*, a *literatura*, a *política* e a *universidade*. Pode-se dizer, ainda, que tais âmbitos de atuação traduzem o modelo de profissional postulado

¹Alberto Dines, Alfredo Sirkis, Ana Arruda Callado, Bernardo Kucinski, Carlos Azevedo, Carlos Heitor Cony, Carmen da Silva, Fernando Gabeira, João Antônio, José Hamilton Ribeiro, José Louzeiro, Marcos Faerman, Miriam Leitão, Mylton Severiano, Renato Tapajós, Roberto Freire e Zuenir Ventura.

nas biografias e na historiografia especializada. Ao perfazerem um modelo de jornalista a ser exaltado e reproduzido pelas próximas gerações, os registros biográficos e memorialísticos evidenciam engajamento nos conflitos que envolvem a edificação de uma história da profissão de jornalista. Por mais que remontem ao passado dos indivíduos é ao presente que dizem respeito.

O estudo realizado também revelou a existência de registros biográficos difusos pelas quatro esferas de atividade citadas, porém, evidenciou-se uma concentração da produção no meio universitário nas últimas décadas concomitante ao amplo processo de profissionalização dos ofícios culturais e à redemocratização no Brasil. Em outras palavras, pode-se inferir que as universidades se tornaram o *locus* privilegiado da produção da história e memória do jornalismo. Assim, pode-se levantar a hipótese da associação entre esse acontecimento e a consolidação da pesquisa no Brasil, o que ensejaria outras pesquisas. Por enquanto, trataremos de ilustrar o processo pela análise da origem e da trajetória social de três jornalistas de renome e visibilidade: Fernando Gabeira, Bernardo Kucinski e Ana Arruda Callado. Eles exemplificam profissionais para os quais o trabalho na imprensa foi o caminho intermediário entre a militância política e as instituições públicas. Também exemplificam a atuação em diferentes segmentações do Estado, uma vez que alguns se dirigiram para cargos do poder legislativo, deputados federais eleitos por voto popular, enquanto outros ingressaram no serviço público em cargos estatutários de universidades (autarquias federais e estaduais). A orientação de jornalistas para o Estado também representa uma transformação nos padrões de ascensão à elite profissional.

II. ORIGENS E TRAJETÓRIAS SOCIAIS

Nas entrelinhas das histórias de vida tratadas na produção biográfica e memorialística da elite jornalística fazem-se presentes as origens e trajetórias sociais de seus membros, as quais nos permitem entrever informações importantes sobre a estrutura do grupo social formado pelos jornalistas. Os itinerários de Fernando Gabeira, Bernardo Kucinski e Ana Arruda Callado, tomados aqui como casos exemplares de membros da elite profissional, ilustram aspectos importantes das transformações ocorridas e ainda em curso nessa fração da produção cultural.

Gabeira, Kucinski e Callado são jornalistas reconhecidos e suas trajetórias profissionais constam de páginas da historiografia do jornalismo brasileiro. Autores de livros, ocupantes de cargos públicos, políticos, fornecedores de entrevistas para trabalhos acadêmicos e para instituições de pesquisa e de preservação da memória, esses jornalistas são

considerados ao mesmo tempo autores e personagens da história do jornalismo. A visibilidade que detêm ultrapassa o reconhecimento entre os pares e se expande pelas esferas literária, política e universitária seja como docente, seja como fonte e objeto de pesquisa.

Os três jornalistas em questão se estabeleceram na profissão em centros urbanos. Kucinski nasceu na zona norte de São Paulo em 1937, filho de um casal de emigrantes judeus poloneses refugiados de guerra. Por sua vez, Callado e Gabeira ainda que não tenham nascido em grandes cidades, se dirigiram ao Rio de Janeiro em determinado momento de suas vidas. Ana Araújo de Arruda Albuquerque (nome de solteira de Ana Arruda Callado) nasceu em maio de 1937 no bairro de Apipucus em Recife, Pernambuco, mas aos 8 anos mudou-se com a família para o Rio de Janeiro em função das exigências do trabalho do pai, José de Arruda de Albuquerque, funcionário do Ministério da Agricultura (Golin, 1999, p. 85; Abreu, Rocha, 2006, p. 17; Briso, Siqueira, 2008). Fernando Gabeira nasceu em Juiz de Fora, município do Estado de Minas Gerais em fevereiro de 1941 filho de Paulo Gabeira e Izabel Nagle Gabeira, ambos descendentes de famílias libanesas migradas para o Brasil. Porém aos 20 anos o jornalista mineiro mudou-se para o Rio de Janeiro a fim de evoluir na carreira jornalística.

Nos três casos, o contato precoce com o universo da política foi motivado pela figura paterna. O pai de Ana Arruda Callado era engenheiro civil, diretor do Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura, e mantinha boas relações com o então ministro Apolônio Sales. O pai de Bernardo Kucinski, Meir Kucinski, era um *idischista* laico (poeta, jornalista e professor de *idisch*² que se refugiou no Brasil em 1933 devido à sua militância sionista socialista. No Brasil, Meir Kucinski viveu uma vida simples de comerciante, contudo, sem abandonar suas atividades *idischistas*. Mantinha contato com escritores, ensaístas e jornalistas e frequentemente escrevia para jornais *idisch* de São Paulo, Buenos Aires e Nova York. Influente no universo das letras e crítica literária *idischistas* é hoje considerado pela literatura judaica produzida no Brasil como um dos grandes intelectuais *idisch* que migraram para o país no período entre guerras³. Paulo Gabeira, por sua vez era um comerciante vinculado à UDN

² Língua indo-europeia adotada por judeus na Europa cuja escrita é feita com caracteres hebraicos.

³ Existem dois livros publicados de autoria de Meir Kucinski, Nussach Brazil, contos e crônicas em *idisch* sobre o novo mundo do Brasil e *Imigrantes, Mascates e Doutores*, publicação póstuma de 2002 viabilizada por Rifka Berezin e Hadassa Cytrynowicz. O filho Bernardo Kucinski detém os direitos autorais. Meir Kucinski também é referenciado nos livros *Aventura de uma língua errante* de Jacó Guinsburg (1996) e *Judeus no Brasil – estudos e notas* (2008) de Nachman Falbel.

(União Democrática Nacional), partido liberal de oposição a Getúlio Vargas. Portanto, a política não era indiferente para esses futuros jornalistas.

A figura materna, por sua vez, evoca a formação escolar no âmbito doméstico já que as mães desses jornalistas não tiveram uma vida profissional. Como levam a crer as memórias dos jornalistas, a vida dessas mulheres foi eclipsada pela sociedade em que viviam. A mãe de Ana Arruda Callado Heloísa Araújo, formou-se professora primária no chamado curso normal. Teve formação em pintura com Antônio Parreiras e piano com a renomada Magdalena Tagliaferro no Rio de Janeiro e tinha a pretensão de ser pianista antes de se casar aos vinte anos e então dedicar-se apenas à numerosa prole composta por quinze filhos (Ana Arruda era a décima segunda) (Golin, 1999, p. 85; Abreu, Rocha, 2006, p. 17; Briso, Siqueira, 2008). Izabel Nagle Gabeira era ex-aluna de um famoso colégio de freiras da região mineira, o Stella Matutina. Pelo que consta dos registros memorialísticos do filho jornalista, a casa dos pais é lembrada pelo piano da mãe na sala e pelos quadros pintados por ela, dispostos nas paredes (Gabeira, 2012, p. 12). Quanto a Kucinski, em suas memórias ele não cita o nome da mãe mas faz constar que ela chegou ao Brasil após a vinda de Meir com o filho primogênito no colo. Posteriormente, após a ocupação da Polônia pelos nazistas a partir de 1939, sua mãe perdeu definitivamente o contato com os pais e irmãos. Somente depois tomou conhecimento de que quase todos haviam sido mortos, à exceção de um primo e uma tia de Kucinski. Desde então a mãe de Kucinski tornou-se uma pessoa nervosa e infeliz, o que não a impedia de ajudar a cultivar o hábito de leitura do filho pois, regularmente, uma vez por semana, ia buscar dois livros na biblioteca infantil municipal Monteiro Lobato, conforme recorda Bernardo Kucinski. Nesses relatos é perceptível o vínculo das figuras maternas com a educação escolar, seja auxiliando com base na formação como professora primária, seja introduzindo os filhos em leituras infanto-juvenis.

Filhos de famílias de classe média, esses jornalistas tiveram incentivo das famílias e receberam uma educação esmerada. Em entrevista concedida a esta pesquisa, quando indagado sobre sua formação intelectual, Kucinski relatou que a família exerceu principalmente o papel de “estimular e facilitar a leitura”. Ele se recorda sobretudo do pai e dos comentários políticos à mesa que influíram no “sentimento dominante na família de valorização do pensamento crítico e da literatura”. De acordo com o próprio jornalista, sua formação intelectual foi “humanista”, por influência paterna, bem como constituída por “leituras de literatura engajada e militância em movimentos políticos”. Ana Arruda recebeu educação doméstica, ou seja, fez o primário em casa. Nesses anos de formação inicial, o meio familiar foi crucial para

internalização da cultura escolar e erudita pois “todo mundo era estudioso, lia-se muito, trocava-se muito, havia um ambiente propício” (Callado apud Abreu, Rocha, 2006, p. 19). Ana Arruda começou a ler aos sete anos. O contato inaugural com os livros se deu pelas obras infantis de Monteiro Lobato, escritor muito popular entre o público infantil mas não apenas. Recorda-se que o pai sempre lhe ofertava livros como *São Francisco de Assis para Crianças*, *História do Mundo Para Crianças*, *Emília no país da Gramática*, os dois últimos da coleção infantil de Lobato. Não satisfeita em ler apenas os livros infantis, Ana Arruda também lia, escondida, as histórias em quadrinhos de X-9, proibidas para meninas por serem muito “violentas” (Callado apud Golin, 1999, p. 91) e os livros da biblioteca do pai. O segredo de Arruda foi descoberto pelo pai que, “muito satisfeito”, percebeu que a filha tinha lido toda a sua coleção de Machado de Assis (1999, p. 91). A jornalista conta que o pai motivava os filhos, em especial, as filhas mulheres, a fazerem curso superior e a se tornarem independentes.

Diferentemente dos padrões das crianças brasileiras da década de 1950, eles estudaram em boas escolas. Ao longo de sua trajetória escolar, Gabeira passou por colégios protestantes, internatos católicos e escolas particulares, porém, sempre com dificuldade para cumprir ordens e seguir disciplina imposta pelos colégios. Contudo, mesmo não tendo se tornado bancário, funcionário do Banco do Brasil, como era o desejo de seu pai, Gabeira obteve reconhecimento como jornalista ainda jovem, como veremos adiante (2012, p. 46). O esforço em se aprimorar intelectualmente, legado deixado possivelmente pela mãe e reforçado pelo contexto cultural dos anos 60, é nítido na trajetória de Gabeira. Entre os registros das reminiscências da juventude chama atenção especialmente o interesse precoce pela literatura e política. Ao narrar a forma como se viu fisgado pela literatura e como começou a ler “tudo aquilo que me caía nas mãos” (2012, p. 15), explica que foi o despertar sexual que impulsionou o gosto pela leitura pois a literatura infantil lhe era indiferente na infância. A formação como leitor também passa pelo consumo de produtos jornalísticos. Foi por meio da revista *Senhor* que conheceu a obra de Clarice Lispector, William Faulkner e Jorge Amado. Durante o período em que estudou em um colégio interno, através do mergulho no universo da literatura, Gabeira vislumbrou a ideia de se tornar escritor e de se mudar para o Rio de Janeiro. O jornalismo nessa época era apenas uma opção secundária pois o que importava era a literatura.

A partir do registro memorialístico desses jornalistas pode-se inferir que foi na escola que o capital cultural incorporado recebido em ambiente doméstico se cristalizou. Após ser aprovada no exame de admissão para o ginásio, no final dos anos 40, Ana Arruda estudou primeiramente no colégio de freiras

Santo Amaro e depois no Colégio de Aplicação da então Universidade do Brasil. O primeiro considerado “bastante fraco” e o segundo “um colégio que vivia o seu melhor momento” (Callado apud Abreu, Rocha, 2006, p. 19). No Colégio de Aplicação, a partir de 1952, então com 15 anos, cursou o chamado Científico. Era uma boa aluna em matemática e por isso tanto seu pai como sua professora acreditavam que seguiria carreira na área de exatas. A escolha pelo curso de jornalismo frustrou o pai e a professora mas Ana Arruda explica que “tinha uma curiosidade universal” que a levou ao jornalismo (1999, p. 95). Quando se aproximou da conclusão do curso ginásial e ela se orientou para o jornalismo. Da época, recorda que o pai lhe disse “horrorizado: ‘Minha filhinha, jornalismo!? Jornalista é quem não dá para mais nada...’”. A advertência do pai não surtiu o efeito esperado e Ana Arruda ingressou, em 1955, antes de completar 18 anos, no curso de jornalismo da FNFi, Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil (hoje, Universidade Federal do Rio de Janeiro).

Kucinski entrou aos 7 anos para o grupo escolar Frontino Guimarães no Alto de Santana, atualmente uma região nobre do distrito de Santana, zona norte de São Paulo. Nessa época, os Kucinski viviam apartados na comunidade judaica uma vez que não eram religiosos e prescindiam da comida *kosher* e da sinagoga, comuns no bairro judeu no Bom Retiro. Quando Kucinski completou 9 anos, a família mudou-se para a Avenida Tucuruvi onde o pai abriu uma loja de roupas próxima a outros estabelecimentos de comerciantes judeus. Nesse período ele começou a ter maior convivência com crianças judias, mas não apenas, também interagia com crianças não judias de diversas nacionalidades: espanhóis, portugueses, italianos. Para o menino, que se dividia entre a escola e os pequenos afazeres solicitados pelo pai, como visitar clientes e cobrar dívidas, o entretenimento se restringia ao cinema e aos livros que a mãe trazia da biblioteca municipal, em geral livros de aventura voltados para o público infante-juvenil. Kucinski conta que o convívio social se enriqueceu quando os membros do movimento sionista socialista *Dror* chegaram à região onde morava. Naquela época os jovens judeus da localidade até então não possuíam vida social ou identidade cultural. Por iniciativa do movimento sionista socialista – do qual o pai de Kucinski era membro – foi fundada, no bairro Bom Retiro, a Escola Renascença, instituição judaica não religiosa onde Bernardo Kucinski cursou o ginásio. Entre as disciplinas, uma hora diária de aprendizado de hebraico. A partir de então, passou a ter uma “vida social intensa” e a projetar um futuro que seria construído em um *Kibutz* no Estado de Israel, conforme relata em suas memórias.

Bastaram três ou quatro anos de vida social intensa na *tnuá*, das reuniões semanais, os passeios, as *machanot* e a doutrinação política para que o projeto de fazer *aliá* se

tornasse a determinante de todas as decisões de vida. A decisão de estudar em escola técnica para ter um ofício, em vez de seguir o caminho tradicional dos jovens judeus de virarem médicos e doutores. Enquanto outros pais se preocupavam e faziam de tudo para dissuadir seus filhos, meus pais se orgulhavam de eles virarem pioneiros (*chalutzim*). Assim era meu pai, *zichrono lebrachá* (bendita seja sua memória)⁴.

Bernardo Kucinski entrou aos doze anos para o *Dror* (ou *tnuá*, como os próprios membros denominavam a organização juvenil sionista socialista). A socialização com outras crianças descendentes de imigrantes judeus fixou um marco temporal relativo ao pertencimento a uma etnia e uma ideologia. A participação na organização gerou um sentimento de importância entre os membros ou, como define Kucinski, “no movimento todos éramos maiores do que nós mesmos, acreditávamos em coisas, éramos mais bonitos, mais importantes”⁵. Para Kucinski, a *tnuá* o socializou, “incutiu valores e o desejo nada modesto de ter uma visão de mundo, a famosa *Weltanschauung* exerceu função formativa dominante, acima da escola, da família, da vizinhança”⁶. Na entrevista a mim concedida, Kucinski relata que o convívio com a militância jovem sionista socialista no período dos 12 aos 19 anos teve, em sua formação, um papel superior ao da escola, considerada “muito fraca”. Em contraposição, na organização pôde ter acesso aos conhecimentos trazidos pelos fundadores da *tnuá* no Brasil, “alguns deles nascidos e educados parcialmente na Europa”. Desses conhecimentos, Kucinski reteve “a elaboração teórica, o humanismo e abordagem não maniqueísta da política. Cultivávamos a literatura não conformista. Éramos estimulados a debater e a produzir jornais”⁷. O curso preparatório para a vida no *Kibutz* teve papel fundamental na formação e definiu o perfil intelectual de Kucinski. Segundo ele próprio, parte relevante das leituras da adolescência foram indicações do movimento sionista e tinham forte carga ideológica socialista. A formação inicial de Kucinski está sobretudo calcada em uma literatura militante, que significou para ele um importante ferramental para o projeto de viver em um *kibutz*. Porém esse projeto não se concretizou. Ao chegar em Israel teve suas expectativas frustradas pois descobriu que o ideal de coletividade ora aprendido era questionado pela nova geração de israelenses e percebeu que naquele momento “mais judeus abandonavam Israel do que iam para lá”⁸. Pouco tempo depois retornou ao Brasil,

⁴ Entrevista concedida por Kucinski, Bernardo. Entrevistadora Vaniucha de Moraes. A entrevista na íntegra encontra-se no Anexo E da tese *A Elite dos jornalistas brasileiros: estratégias de legitimação e simbolização entre o período ditatorial e os anos pós-redemocratização* (2017).

⁵ Kucinski, 2009.

⁶ idem, 2009.

⁷ Kucinski, 2009.

⁸ idem, 2009.

devido ao adoecimento da mãe, e não voltou mais. Em Israel, ele e seus amigos perceberam que os descendentes dos primeiros colonos dos *skibutz* ridicularizavam os projetos socialistas dos judeus brasileiros e viam como estupidez o desperdício da chance de obtenção de um diploma universitário. A experiência frustrada havia ensinado o valor do diploma. Em consequência dessa “passagem traumática”, após o seu retorno ao Brasil, prestou vestibular e foi aprovado para o curso de Física na Universidade de São Paulo, graduação que concluiu em 1968.

Enquanto estudante do curso de Física da USP (Universidade de São Paulo), Kucinski trabalhou como desenhista-projetista em uma indústria de aparelhos eletrônicos. Nessa época ele se aproximou do movimento estudantil e do jornalismo. Como registra em suas memórias, “após o golpe [civil-militar de 1964], passamos a viver o clima de engajamento total do estudante na atividade política. A universidade tornou-se laboratório de propostas insurrecionais e doutrinas políticas, cada grupo portando um modelo e um teorema para revolução brasileira”⁹. Fez parte daquele que é considerado o primeiro jornal contra a ditadura militar, denominado *Amanhã*, uma iniciativa do grêmio da Faculdade de Filosofia da universidade paulista. Contudo, anteriormente já havia tido alguma experiência na produção de jornais e murais dentro do movimento sionista-socialista.

Assim como Kucinski, Gabeira e Callado se vincularam à militância política no período escolar e por meio dela ingressaram no jornalismo. Gabeira conta em suas memórias que foi secretário-geral da Organização dos Estudantes Secundaristas e organizava greves e piquetes contra o aumento da passagem do bonde e da anuidade escolar. Nesse período foi fisgado para o jornalismo por Fernando Zerlotini, o editor-chefe do semanário *Binômio*, um jornal de “oposição a todos os governos, nacional, estaduais e municipais”, que o convidou para trabalhar no jornal onde estreou na profissão. Por sua vez, Ana Arruda começou a militar na Ação Católica quando cursava o Científico no Colégio de Aplicação. Segundo ela, tratava-se de “um movimento de esquerda dentro da Igreja”. Nele ela deu seus primeiros passos rumo ao jornalismo ao integrar-se à redação de *Roteiro da Juventude* em 1952, jornal vinculado à militância católica e esse período é lembrado como de intensa socialização.

Para a jornalista, o período universitário também foi um momento rico de experiências culturais e políticas. Ela menciona que o curso não era dos melhores apesar de ter tido aulas com Danton Jobim e Vitor Nunes Leal, dois grandes nomes do jornalismo carioca. O aprendizado do ofício, de fato, se deu apenas pela prática. Segundo ela, aprendeu de tudo no curso de jornalismo, menos jornalismo. Por isso, o valor

dos tempos de faculdade advém dos laços de sociabilidade estabelecidos no curso da Universidade do Brasil e da participação, naquele momento, da efervescência cultural e política. Lá conheceu Mary Ventura, futura esposa do jornalista e escritor Zuenir Ventura, de quem também se tornaria amiga. Nesse período ainda militava na Ação Católica que logo se tornaria AP (Ação Popular), organização rival do Partido Comunista, que então dominava o diretório acadêmico e influenciava grande parcela dos jovens. Sobre o contexto da época, a jornalista relata:

Nós sabíamos que as posições de esquerda é que eram as boas, mas nos sentíamos impedidos de nos aliar ao pessoal do PC. Foi daí, aliás que nasceu a AP, desse nosso drama, do desespero das pessoas, que criaram sua própria organização. Mas naquele tempo a briga era essa, JUC [Juventude Universitária Católica] e PC. Eu, participava, estava ali, firme, mas ainda não tinha definições políticas muito claras, ia conforme o tema. Agora, do que eu gostava muito era da parte cultural. Por exemplo, cineclube: que maravilha! O cineclube da UME [União Metropolitana dos Estudantes], essas coisas é que realmente que encantavam no tempo da faculdade. E também descobri uma literatura mais politizada. Desde o colégio eu tinha descoberto a chamada grande literatura, mas só então comecei a ler livros políticos. A faculdade foi um tempo muito, muito bom. Aprendi de tudo no curso de jornalismo, menos jornalismo... (Callado apud Abreu, Rocha, 2006, p. 22)

Através da rede de relações tecida entre a militância e o grupo de estudantes, Callado pôde conquistar um espaço no então disputado *Jornal do Brasil*. Ela se recorda de que recebeu um convite de Cícero Sandroni, diretor do jornal, durante uma das reuniões da JUC (Juventude Universitária Católica) e foi assim que ingressou primeiramente no *Roteiro da Juventude*. Tempos depois, após ter concluído o curso de jornalismo, o mesmo Sandroni a indicou para o *Jornal do Brasil* onde se profissionalizou.

Tive uma experiência interessante também: eu era da Ação Católica, quando estava cursando o ginásio científico. E a Ação Católica tinha um jornalzinho chamado *Roteiro da Juventude*. E quem dirigia esse jornal era o Cícero Sandroni, que eu conheci também na Ação Católica. Um dia ele disse: “Estou precisando de ajuda”, e eu me ofereci. Embora fosse um jornalzinho pequeno, ele era rodado no jornal Última Hora. Então, eu muito metida, isso antes ainda de entrar na faculdade, pois eu entrei com 17 anos na faculdade, ia ao Última Hora para fazer revisão do jornal. Então eu comecei realmente a me entrosar no meio jornalístico. Como falei do Cícero Sandroni e me lembrei no roteiro, ele foi a pessoa que me indicou ao *Jornal do Brasil*. Foi assim. Eu encontrei com ele na rua e ele disse: “E você, Ana, está trabalhando em jornal?”, e eu disse: “Não, Cícero, eu não conheço ninguém de jornal”. E ele disse “Olha, vá ao *Jornal do Brasil*. Eu estive lá e o *Jornal do Brasil* está começando uma reforma sensacional e o Wilson Figueiredo é o chefe de reportagem. Você diz que fui eu que mandei você falar com ele”. E assim fui falar com o Wilson e comecei o estágio (Callado apud Spata, 2008).

⁹ ibidem, 2009.

A rede de relações constituída na militância política e no meio estudantil propiciou o ingresso de muitos jornalistas na profissão. É o que também aconteceu com Bernardo Kucinski que conta em suas memórias que o início de fato no ofício de jornalista se deu por um “acaso” auxiliado pelo “pouco brilhantismo” na área de Física como recorda em entrevista a essa pesquisa. No jornal alternativo *Amanhã* estreitou laços com Raimundo Pereira que no final dos anos 60 o indicou para a revista *Veja*.

O entrelaçamento entre jornalismo e política, ou ainda, jornalismo e arte militante, não é algo restrito a essas trajetórias em tela, mas parte constitutiva do contexto brasileiro e ocidental nas décadas de 1960 e 1970. No Brasil, a efervescência artística, intelectual e política dessas décadas não surgiu ao acaso, resultou de um processo crescente de difusão do ideário nacional-desenvolvimentista cujos primórdios remontam às décadas de 1920 e 1930 quando segmentos intelectuais passaram a reivindicar a posição de agentes emancipadores do povo brasileiro. O papel político que parcela significativa da elite intelectual brasileira acreditava possuir consistia em “ajudar o povo a tomar consciência de sua vocação revolucionária e demonstrar, enquanto ideólogos, que o desenvolvimento econômico, a emancipação das classes populares e a independência nacional eram três aspectos de um mesmo processo de libertação” (Pécaut, 1990, p. 15). Segundo Pécaut, a exaltação do nacional e do popular foi um sentimento difundido em vários setores sociais, não sendo absolutamente “apanágio de uma minoria ávida de transformar o seu saber em poder” (1990, p. 180). Intelectuais de prestígio, artistas marginais, repórteres, professores e estudantes situados em diversas posições na hierarquia da produção cultural comungavam de um mesmo imaginário social. Como definiu Ridenti, preponderava no período um sentimento de brasilidade romântico-revolucionária que perpassava a maior parte das obras e influenciou as lutas políticas e culturais dos anos 60 e 70 “do embate da esquerda armada às manifestações político-culturais na música popular, no cinema, no teatro, nas artes plásticas e a na literatura” (Ridenti, 2014, p. 8). Uma síntese do ideário que alinhou todo esse conjunto de produções foi apresentada por Ridenti.

As obras buscam no passado uma cultura popular autêntica para construir uma nova nação, ao mesmo tempo moderna e desalienada. Deixam transparecer certa evocação de liberdade no sentido de utopia romântica do povo-nação, regenerador e redentor da humanidade. Revelam a emoção e a solidariedade dos autores com o sofrimento do próximo, a denúncia das condições de vida subumanas nas grandes cidades e, sobretudo, no campo. Enfoca-se especialmente o drama dos retirantes nordestinos. A questão do latifúndio e da reforma agrária é

recorrente, em geral associada à conclamação ao povo brasileiro para realizar sua revolução, em sintonia com a luta dos povos pobres da América Latina e do Terceiro Mundo (Ridenti, 2005, p. 87).

Entretanto, a efervescência cultural e política dos anos 60 foi interceptada pela instauração de um governo ditatorial após o golpe civil-militar em março de 1964. A ditadura militar comprometeu a produção cultural, especialmente após a promulgação do AI-5, Ato Institucional número 5, que instaurou a censura prévia às produções artísticas e aos meios de comunicação¹⁰. A reação contra a censura e as arbitrariedades do estado desencadeou a proliferação dos jornais contestadores à ordem autoritária nos anos 70 e que posteriormente seriam reunidos sob o emblema de “imprensa alternativa”, cujo registro histórico seria levado a cabo por alguns dos jornalistas presentes neste estudo.

Nesse contexto, Bernardo Kucinski, Fernando Gabeira e Ana Arruda tiveram uma carreira bem sucedida em jornais da grande imprensa concomitantemente às experiências na imprensa alternativa. No começo dos anos 70, Kucinski conciliou o trabalho na revista *Veja*, da Editora Abril, com a colaboração ao alternativo *Bondinho*. No entanto, entre 1971 e 1974, foi para Londres em um exílio voluntário em função de uma série de reportagens sobre tortura publicadas na revista *Veja*. Em Londres, foi Locutor da BBC e correspondente dos jornais *Opinião* e *Gazeta Mercantil*. De volta ao Brasil em 1974, participou da fundação dos jornais alternativos *Movimento* e *Em Tempo*. Nesse período também foi editor de *commodities* da *Gazeta Mercantil* e correspondente do jornal *The Guardian* no Brasil.

Entre 1958 e 1962, Ana Arruda Callado se destacou por ter diploma em jornalismo enquanto trabalhou no *Jornal do Brasil*. Em 1961, foi a primeira jornalista a fazer o curso do Ciespal (*Centro Internacional de Estudios Superiores de Periodismo para America Latina*), no Equador, em um cenário de politização crescente. Após ser demitida com Ferreira Gullar, Sérgio Cabral e outros, por ter participado da greve dos jornalistas em 1962, foi convidada por Prudente de Moraes Neto, por sugestão de Zuenir Ventura, a integrar a equipe do *Diário Carioca*, em 1962. Tornou-se a primeira mulher chefe de reportagem. Entre 1962 e 1964 atuou junto com Fernando Gabeira no *Panfleto* de Leonel Brizola, jornal

¹⁰ O Ato Institucional número 5, em 13 de dezembro de 1968, fechou o Congresso Nacional, determinou a censura a toda e qualquer manifestação de pensamento, impôs o controle total dos meios de comunicação de massa através da censura prévia, sujeitando jornais, revistas, emissoras de rádio e televisão, livros, cinema, teatro, música, discos e todas as formas de expressão do pensamento, suspendeu as prerrogativas da magistratura e o direito de *habeas corpus* para crimes de natureza política.

empastelado após o golpe civil-militar. Em um momento de politização intensa do jornalismo Ana Arruda migra para a imprensa alternativa e nela se torna chefe de redação de *O Sol* (1967-1968), um dos jornais precursores da imprensa alternativa carioca. Posteriormente participa do semanário *Poder Jovem* produzido por uma cooperativa que a jornalista ajudou a fundar e integra o *Jornal de Vanguarda*, programa de TV exibido pela TV Rio em 1968 dirigido por Reynaldo Jardim, no qual foi secretária de redação e redatora do noticiário. Após a promulgação do AI-5 houve um hiato na sua atuação jornalística e política. Foi funcionária pública e editora na Enciclopédia Delta. Sua última atuação como jornalista foi no *Jornal do Brasil*, em 1973, na função de editora do Caderno Infantil. Nesse período viveu um breve momento de radicalização que foi suficiente para que fosse presa no mesmo ano. Mesmo sem nunca ter se filiado a nenhum partido, aderiu a um grupo armado chamado RAN (Resistência Armada Nacional), o qual fornecia apoio financeiro para a guerrilha de Caparaó obtido por meio de rifas. Da prisão por 42 dias no DOI-CODI e mais 8 em um quartel seguiu-se um processo do qual foi absolvida. A traumática experiência a levaria em 2008 a compor a Comissão da Verdade do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio de Janeiro na condição de presidente de honra.

A repressão perpetrada pelo regime militar impactou vidas e a produção cultural. A imprensa sofreu censura e projetos modernizadores da Indústria Cultural foram comprometidos como por exemplo o *Jornal do Brasil*, símbolo de um jornalismo comprometido com a cultura. Cumpre ressaltar que o *Jornal do Brasil* é uma referência na historiografia da imprensa brasileira no que concerne à modernização. A menção no currículo de atuação naquele jornal constitui uma insígnia de notoriedade. Gabeira também atuou no *Jornal do Brasil*. Em seus relatos biográficos escreve que sempre ambicionou trabalhar naquele jornal. A primeira tentativa foi em 1950, primeira vez em que morou no Rio de Janeiro. Nesse período foi *copy desk* no *Diário da Noite*, então dirigido por Alberto Dines. Após essa primeira experiência retornou a Minas Gerais e trabalhou no jornal *Última Hora*, na revista *Alterosa* e no *Correio de Minas*, primeiro jornal no qual ocupou a posição de chefe de reportagem. Em 1964, na iminência do golpe civil-militar se sentiu impelido a voltar ao Rio de Janeiro pois sentia estar “longe do lugar onde as coisas estavam acontecendo” (Gabeira, 2012). Através do contato que já tinha estabelecido com Alberto Dines, então diretor do *Jornal do Brasil*, ingressou finalmente nesse jornal. Foi *copy desk*, redator de pauta e diretor do departamento de pesquisas, responsável pelo treinamento de estagiários e editor de Cadernos de Jornalismo. Em um momento de intensa agitação política e cultural, Gabeira participou de um curso de jornalismo no País de Gales

pela Thompson Foundation na condição de bolsista. Em contato com colegas do curso vindos do continente africano ressurgiu um impulso latente de “buscar na história do mundo o sentido da vida, de cravar as unhas nas bordas do abismo do vazio pronunciando a palavra revolução” (2012, p. 47). Gabeira relembra que o livro *Os condenados da Terra* de Frantz Fanon foi decisivo para sua radicalização no sentido de conduzir a “legitimação da violência dos oprimidos” (2012, p. 32). O caso de Fernando Gabeira é emblemático do processo de radicalização política.

Em 1969 Gabeira se ligou à Dissidência Comunista, um grupo à esquerda do Partido Comunista cujas ramificações se estendiam ao movimento estudantil. A radicalização ocorreu após a promulgação do AI-5 quando deixou “uma excelente posição no *Jornal do Brasil*” (2012, p. 55) e se precipitou à clandestinidade pois, naquele momento, como descreve, tornar-se clandestino “representava uma espécie de ascensão (...) deixar um rastro de silêncio entre os que ficam para trás e, apreensivos, notam sua falta” (2012, p. 55). De fato, sua trajetória rumo à radicalização política propiciou a médio e longo prazo a conquista de real projeção em âmbito nacional. Ele se vinculou à organização clandestina MR-8 (Movimento Revolucionário 8 de outubro) que, ainda em 1969, em conjunto com o movimento guerrilheiro ALN (Aliança Libertador Nacional), realizou o sequestro do embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick com o intuito de forçar o estado ditatorial a soltar um grupo de presos políticos. Em 1970 Fernando Gabeira foi preso, torturado e, em troca da libertação do embaixador da Alemanha Ehrenfried Von Holleben, também sequestrado, foi libertado junto com 39 presos políticos, porém, banidos do país. Em suas memórias esse acontecimento - o sequestro, prisão, tortura e exílio - se tornaria posteriormente um marco temporal, especialmente o período de exílio (1970 a 1979) no qual passou por vários países, Cuba, Alemanha, Argélia, Chile, França, Itália, se estabelecendo enfim na Suécia, onde ingressou na graduação de Antropologia da Universidade de Estocolmo. Porém Gabeira não concluiu o curso pois com a Lei de Anistia, retornou ao Brasil em 1979.

Entre a década de 80 até o final do século 20 esses três jornalistas ascendem a posições prestigiadas em instituições públicas, seja na ocupação de cargo eletivo, cargo de indicação no poder executivo, ou como servidor público de carreira em universidades públicas (autarquias federais e estaduais). Além disso, também obtiveram reconhecimento como escritores e intelectuais. A ascensão às posições de proeminência se deve a uma conjunção de fatores, alguns deles conjunturais, como a redemocratização após 20 anos de ditadura militar - que permitiu a eleição de antigos militantes políticos - e outros relativos à profissionalização de ofícios culturais

como de escritor, jornalista e professor universitário e, também, devido a uma característica inerente ao mercado profissional jornalístico que permite a convergência entre jornalismo, literatura e política.

Em 1980 o livro de memórias *O que é isso companheiro?* lançado por Fernando Gabeira em 1979, após o exílio, torna-se *best seller* e é premiado com o Jabuti na categoria biografia. Desde então a escrita autobiográfica marcaria sua carreira de escritor. A partir da redemocratização Gabeira pôde oficializar suas inclinações políticas. Em 1987 se tornou um dos fundadores do Partido Verde ao lado de Alfredo Sirkis, também um jornalista remanescente da guerrilha e exilado político. Em 1986, devido aos obstáculos para o reconhecimento legal do PV (legalizado apenas em 1993), se filiou ao PT (Partido dos Trabalhadores) a fim de concorrer às eleições para governador do Estado do Rio de Janeiro. Ao longo de sua carreira na política partidária e institucional Gabeira passou por idas e vindas entre os partidos PT e PV. Em 1987 obteve junto ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral) o registro provisório do PV e por meio dele conseguiu se candidatar à presidência da república nas eleições presidenciais de 1989. Em 1994 foi eleito deputado federal, cargo que ocupou por 4 mandatos consecutivos (1994-2011). Foi candidato a prefeito do Rio de Janeiro em 2008 pela coligação Frente Rio formada pelos partidos PSDB, PPS e PV, perdendo no segundo turno daquele pleito.

Após sua saída definitiva da política, Gabeira pôde se dedicar exclusivamente ao jornalismo, atividade que nunca abandonou. Pode-se dizer até mesmo que à medida em que ia galgando espaços na política também crescia na carreira jornalística. Conciliando com a carreira política, nos anos 80, atuou como apresentador do programa *Vídeo-Cartas* na TV Bandeirantes, repórter do jornal *Zero Hora*, Porto Alegre, e correspondente da *Folha de S. Paulo* em Berlim, na Alemanha em 1989. Foi colunista na seção Opinião da *Folha de S. Paulo* e na seção Espaço Aberto do jornal *O Estado de São Paulo*. Em 2012 começou a comandar, no canal Band News, o programa *Capital Natural*. Atualmente mantém colunas no segundo caderno do jornal *O Globo* e possui um programa no canal Globo News que assina com seu o nome.

Nos anos 80 Bernardo Kucinski e Ana Arruda Callado também se orientaram para o Estado, porém, na condição de docentes e pesquisadores de universidades públicas. Em 1986 Kucinski se tornou professor assistente da disciplina Jornal Laboratório do curso de jornalismo da USP e diretor do *Jornal do Compus*. Em 1995 passou a ser professor associado após defender a tese de Livre-docência *O jornalismo econômico e os paradoxos da economia*. Em 2000, após concurso público, o seu enquadramento funcional evoluiu para professor titular da Escola de Comunicação e Artes da USP, cargo no qual se aposentou.

Tal como o colega, Ana Arruda Callado iniciou sua atividade docente ministrando disciplina práticas. Em meados dos anos 70, foi convidada por Armando Strozenberg para dar aulas de jornalismo no recém-inaugurado CUP (Centro Unificado Profissional Amélia Lacombe). Em seguida foi professora de jornalismo da PUC-RJ Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. No começo da década de 80 ingressou na UFF, Universidade Federal Fluminense, por meio de concurso público e em 1986, em novo concurso, entrou para UFRJ, Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde lecionou por 14 até a aposentadoria.

Ambos ingressaram na docência desprovidos de titulação e foram instados a fazer mestrado e doutorado (no caso de Kucinski, apenas doutorado) para progredirem na carreira acadêmica. Uma característica comum entre eles consiste no fato de terem estreado na autoria de livros ao publicarem trabalhos originários de suas pesquisas acadêmicas. Em 1991, Kucinski conquistou o Título de doutor em Ciências da Comunicação pela USP com a tese *Jornalistas e revolucionários: a Imprensa Alternativa no Brasil (1964-1980)* que seria publicada em livro naquele ano com o título *Jornalistas e Revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa* obra que ganhou edição renovada em 2003. Em 1996, Ana Arruda Callado publicou em livro o resultado de sua tese intitulada *Jenny, Amazona, Valkíria e Vitória-régia* (1996).

Professores aposentados de universidades prestigiadas, Kucinski e Callado detêm títulos e prêmios nessa área. Em 2004, por exemplo, Ana Arruda Callado ganhou o Prêmio Luis Beltrão de maturidade acadêmica pela INTERCOM (Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares de Comunicação). Kucinski ganhou o prêmio Jabuti com a sua tese de Livre-Docência, *Jornalismo Econômico*, publicada em livro em 1997. Mas além de intelectuais de carreira, eles são também reconhecidos como escritores.

Nos livros publicados por Ana Arruda Callado sobressaem-se trabalhos resultantes de pesquisa científica e os temas da área de estudos feministas. Ela foi coordenadora da revista *Estudos Feministas*, publicada pela Editora Fundação Ford, em 1995, e se especializou em diversos perfis femininos¹¹. Pode-se dizer que a carreira literária de Ana Arruda foi tributária de sua atuação na esfera universitária, uma vez que foi a partir dela que passou a produzir trabalhos de maior fôlego. Porém ela também escreveu obras sobre o escritor e esposo Antônio Callado, como a biografia *Antônio Callado* (2015), para a Editora Imprensa

¹¹ Jenny, Amazona, Valkíria e Vitória-régia (1996), sobre a escritora Jenny Pimentel de Borba; Dona Maria José: retrato de uma cidadã brasileira (1995), sobre Maria José Barbosa Lima; Darcy, a outra face de Vargas (2011), sobre a primeira-dama Darcy Vargas; e as biografias da poeta e jornalista Adalgisa Nery (1999) e da artista plástica Maria Martins, uma biografia (2004).

Oficial¹². Por seu prestígio como profissional da cultura tomou posse na Academia Carioca de Letras em junho de 2016. Por sua vez, Bernardo Kucinski é autor de vários livros, muitos deles resultantes de pesquisas, seja na condição de jornalista¹³, seja como pesquisador¹⁴. Porém, atualmente se considera e é reconhecido como escritor, autor de vários livros como *K. Relato de uma busca* (Expressão Popular, 2011), *Você vai voltar pra mim e outros contos* (2014, Cosac Naify), *Alice* (2014, Rocco) e *Os visitantes* (2016, Companhia das Letras).

No que se refere à política, Ana Arruda Callado e Bernardo Kucinski chegaram a exercer funções executivas. Em 2008, Ana Arruda Callado foi presidente do Conselho Estadual de Cultura do Estado do Rio de Janeiro. Entre fevereiro de 2003 e junho de 2006, Bernardo Kucinski ocupou o cargo de assessor especial da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República na qual desenvolveu as atividades direção e administração da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República e Gabinete da Secretaria de Comunicação Social durante o governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Em 2006 renunciou à função por divergências com o direcionamento do governo e suas experiências de entusiasmo e desilusão ficaram impressas em livros¹⁵.

As trajetórias dos jornalistas em questão são atravessadas pela política e pela literatura, como evidenciado nos parágrafos anteriores. Essas convergências são previsíveis uma vez que são constitutivas do campo jornalístico e condicionaram a percepção clássica sobre a imagem do profissional de imprensa. Por isso a identidade do jornalista que se cristalizou no imaginário social é aquela na qual se mesclam o intelectual, o escritor e o militante político.

¹² Antônio Callado *Fotobiografia* (2013), Editora CEPE; Roteiro para adaptação da obra de Callado para história em quadrinhos: *Pedro Mico, de Antônio Callado* (2011) Editora Nova Fronteira (HQ com desenhos de Ney Megale).

¹³ *Hungry For Profits: US Food & Drug Multinationals in Latin America* (Idoc/EUA, 1975), com Robert J. Ledogar, publicado no Brasil pela editora Brasiliense com o título *Fome de Lucros: Atuação das multinacionais de alimentos e remédios na América Latina*; e o livro *O Que São Multinacionais?* de 1991 também publicado pela Brasiliense. *Abertura, História de Uma Crise* (Brasil Debates, 1982); *A Ditadura da Dívida: Causas e consequências da dívida latino-americana* (Brasiliense, 1987), com Sue Branford; *O Fim da Ditadura Militar* (Contexto, 2001).

¹⁴ *Jornalistas e Revolucionários* (Scritta, 1991; Edusp, 2003); *Jornalismo Econômico* (Edusp, 1996); *A Síndrome da Antena Parabólica: Ética no Jornalismo Brasileiro* (Perseu Abramo, 1998); *Jornalismo na Era Virtual: Ensaio sobre o colapso da razão ética* (Unesp, 2005); *Diálogos da Perplexidade* (Perseu Abramo, 2009), com Venício A. de Lima.

¹⁵ *Politics Transformed: Lula and the Workers Party in Brazil* com Sue Branford, *As cartas ácidas da Campanha de Lula de 1998* (2000) e *Cartas a Lula – o jornal particular do presidente e sua influência no governo do Brasil* (2015).

Desde a denominada a Velha República (1989-1930) a imprensa reúne escritores, acadêmicos e políticos. Figuras notáveis da história brasileira ingressaram na carreira pública utilizando a imprensa como caminho, tais como Rui Barbosa e Quintino Bocaiuva. Nela, aspirantes a escritor alargavam o seu horizonte de possibilidades. Podiam estabelecer vários contatos, divulgar seus trabalhos e conquistar visibilidade junto ao público leitor. Através da inserção na imprensa, intelectuais e escritores podiam inclusive conquistar um espaço na política pois “os jornais representavam um dos principais espaços nos quais era possível reverter uma formação acadêmica ou literária e cultural em atuação política” (Petarca, 2007, p. 70). Na prática até metade do século 20 o jornalismo serviu como ponto de partida ou como caminho intermediário para literatura ou para ascensão política.

Concerentemente à relação do jornalismo com a literatura, é possível afirmar que até a primeira metade do século 20 os jornais funcionavam como uma instância fundamental de divulgação das obras literárias e de construção de reconhecimento social dos escritores” (Ribeiro, 2003, p. 148) pois através dos folhetins¹⁶ o público tomava conhecimento dos trabalhos dos escritores. A imprensa era, portanto, um veículo de difusão dos trabalhos e uma espécie de “vitrine” para os escritores em fase de profissionalização. Escritores importantes da literatura brasileira trabalharam em jornais, como Machado de Assis (revisor e colaborador do *Correio Mercantil* em 1859), José de Alencar (redator-chefe do *Diário do Rio de Janeiro* em 1856) e Raul Pompéia (colaborador na *Gazeta de Notícias* em 1894). De acordo com Miceli, pode-se afirmar que a consolidação da imprensa moderna no Brasil – que ensejou a criação de grandes jornais e revistas – deu margem ao surgimento dos primeiros intelectuais profissionais (Miceli, 2001, p. 197).

A própria linguagem literária adotada pelos jornais no século 19 fortalecia o vínculo entre as funções do jornalista e do escritor. No Brasil, a influência do jornalismo francês vigorou até a primeira metade do século 20. Para Ribeiro, o modelo francês adotado garantia uma proximidade com a técnica de escrita literária e por isso os gêneros mais valorizados nos jornais eram os mais livres e opinativos, como a crônica, o artigo polêmico e o de fundo (Ribeiro, 2003, p. 148). No entanto, essa característica do jornalismo brasileiro começa a mudar a partir do processo de modernização da imprensa, que consistiu na adoção da linguagem e de técnicas do jornalismo norte-americano. A partir dos anos 50 ocorreu na imprensa brasileira o que a historiografia convencionou classificar como “grande reforma gráfica e editorial” que abarcou

¹⁶ Histórias publicadas periodicamente e de forma sequenciada nos jornais entre o final do século 19 e início do século 20.

mudanças na forma e no conteúdo. Quanto à forma, saíram de cena os textos compostos por uma linguagem rebuscada e seccionados em colunas por fios verticais e surgiram a fotografia e a ordenação hierárquica de assuntos conforme o valor jornalístico. Quanto ao conteúdo, surgiu um novo conceito de notícia (Bahia, 2009, p. 378). Foi adotada uma linguagem jornalística moderna, influenciada por técnicas inspiradas no jornalismo norte-americano, tais como: o *lead* e a pirâmide invertida¹⁷ que propunham uma maneira objetiva de estruturar o texto. Atendendo à mesma lógica de objetividade e dinamicidade de trabalho, começaram a ser priorizados o uso da linguagem referencial, as frases na ordem direta e a supressão de adjetivos e expressões subjetivas com o intuito de garantir a imparcialidade da notícia. Em seguida, as novas normas de produção foram reunidas em manuais de estilo que em breve tomaram conta das redações. Novos padrões gráficos e editoriais também foram adotados dando aos jornais um aspecto de modernidade decorrente das inovações gráficas adotadas. Trata-se do começo da profissionalização do jornalismo sobre a qual será tratado mais adiante.

No que se refere à intersecção entre as esferas jornalística e política, esta não se restringe ao período ditatorial brasileiro mas é elemento estruturante na história do desenvolvimento da imprensa ocidental, portanto, não se restringe às fronteiras nacionais brasileiras. Durante os séculos 18 e 19 os jornais eram espaços que aglutinavam escritores, intelectuais, políticos e funcionavam como tribunas para debates. Somente com o desenvolvimento da imprensa moderna pautada pela difusão de fatos, e não opiniões, que os jornais começaram a ser enxergados como produto e não mais como armas em lutas políticas.

Entretanto, no Brasil o papel da imprensa como instrumento político se manteve até a segunda metade do século 20. A simbiose entre a imprensa e o jogo político se estende até a década de 1960 ainda que a modernização estivesse em plena implementação desde a década de 1950, efetuando um processo de incorporação dos critérios de objetividade e imparcialidade na forma de produzir jornais.

Durante o período compreendido do suicídio de Getúlio Vargas em 1954 até o golpe civil-militar em 1964 o discurso de oposição difundido pela imprensa – especialmente por meio dos editoriais – se ancorava na ideia de que os jornais desempenhavam a função de formadores da opinião pública e cabia aos jornalistas a função de formar seus leitores e induzi-los a se tornarem atores políticos do momento histórico em que viviam (Barbosa, 2007, p. 180). O anseio pela

participação política e influência no desenvolvimento do país se difundiu por vários setores intelectuais e artísticos ao longo das décadas de 1920 e 1960. De acordo com Pécaut, durante esse período vicejou nas classes intelectuais e artísticas uma vocação para a elite dirigente imbuída por um desejo de intervir no debate político e contribuir para transformações sociais (1990). A fusão das ideologias nacionalista e desenvolvimentista mobilizou as produções culturais nas quais a ideia latente era a de que os seus produtores deviam atuar como porta vozes do povo e da nação – e, portanto, pertenciam a nenhuma classe social específica – impelidos somente pelo dever cívico de implantar as mudanças sociais necessárias ao desenvolvimento. Em consonância com o contexto de crescente politização nos anos 50 e 60, era evidente o embasamento teórico e ideológico que motivava o anseio pela intervenção política por parte dos profissionais da cultura, entre eles, os jornalistas. A efervescência cultural e política espalhada pelos setores culturais ao longo das décadas de 1930 a 1970 foi marcada por um sentimento de brasilidade romântico-revolucionária (Ridenti, 2007; 2005). Era uma mescla de sentimentos e circunstâncias que estimularam as gerações de artistas, intelectuais e jornalistas às ações políticas.

Porém a relação entre jornalismo e política remonta à Era Vargas sendo que o próprio processo de regulamentação e profissionalização teve início naquele período. Diferentemente do que ocorreu em muitos países europeus e na América do Norte, a profissionalização do jornalista no Brasil foi impulsionada pelo Estado e por instâncias da esfera política. Nos países desenvolvidos, as iniciativas de profissionalização partiram do próprio grupo profissional que promoveu a criação de entidades de classe e cursos de formação superior além de atuar autonomamente no desenvolvimento de códigos deontológicos. Houve a emergência de um sentido de autoridade profissional ancorada na consolidação de saberes e técnicas próprias que concedeu ao grupo profissional o monopólio do saber e o domínio sobre o *modus operandi* da produção jornalística (Traquina, 2005, p. 92). Pode-se dizer que o processo de profissionalização do jornalista ocorrido no Brasil reserva algumas semelhanças quanto à criação de sindicatos, congressos e de cursos superiores, contudo, no caso brasileiro a especificidade consiste na participação do Estado como catalizador do corporativismo. De acordo com Lopes, “o contexto político-social da regulação da profissão foi caracterizado por uma crescente valorização do corporativismo e do engendramento público em questões antes tidas como privadas” (Lopes, 2012, p. 48). Nos anos 30 foram criadas as principais entidades de classe como o Sindicato dos Jornalistas

¹⁷ O primeiro parágrafo responderia as perguntas fundamentais: Quem? Fez o que? Quando? Onde? Como? Por quê? O texto era composto para conter as informações mais importantes primeiro de modo que os últimos parágrafos pudessem ser dispensados em uma eventual edição.

do Rio de Janeiro (1935) e o Sindicato dos Jornalistas de São Paulo (1938). Também foram efetivadas as primeiras iniciativas para o desenvolvimento de cursos superiores de jornalismo. A primeira legislação da profissão ocorreu por meio de um decreto editado pelo governo varguista em 30 de novembro de 1938 e já previa a criação de cursos superiores. Pode-se destacar que esta primeira legislação recebeu amplo apoio dos sindicatos dos jornalistas de São Paulo, do Rio de Janeiro e da ABL. A Associação Brasileira de Imprensa criada em 1908, já postulava a ideia da necessidade da formação superior desde o seu primeiro congresso em 1918. Porém, a primeira iniciativa nesse sentido foi a escola de jornalismo instaurada na Universidade do Distrito Federal em 1935. Em 1943, o governo de Getúlio Vargas por meio de um decreto criou o curso de jornalismo a ser ministrado na Faculdade Nacional de Filosofia da então Universidade do Brasil (hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro), porém este só começou a funcionar de fato em 1948. Efetivamente o primeiro curso superior de jornalismo foi o resultado de uma proposta oriunda da iniciativa privada. A Fundação Cásper Líbero, em convênio com a Pontifícia Universidade Católica Paulista, foi pioneira na criação do primeiro curso superior de jornalismo do país (Lopes, 2012) no qual contou com as principais entidades de classe.

De acordo com o que precede, o processo de profissionalização do jornalista brasileiro os âmbitos técnico, político e acadêmico estiveram imbricados. Para Petrarca, no Brasil a regulamentação das profissões e a exigência do diploma de formação acadêmica voltaram-se não somente para a reserva de espaços, mas constituíram-se como recursos fundamentais para atuar na esfera política (Petrarca, 2010, p. 82). A ditadura varguista tinha o objetivo de conformar a sociedade e os atores que desempenhavam atividades profissionais. Esse projeto incluía a regulamentação das profissões, a criação de leis trabalhistas e legislação sindical (idem, 2010, p. 85). Uma outra ditadura, desta vez a militar, realizou uma nova interferência na profissão que marcou a experiência pessoal e profissional dos jornalistas em análise. O golpe de Estado civil-militar ocorrido em abril de 1964 e o seu gradativo recrudescimento com a promulgação do AI-5 impôs a censura prévia aos meios de comunicação. Esta série de acontecimentos impactou carreiras que se encontravam em plena ascensão. Muitos jornalistas foram demitidos ou pediram demissão em função da perda de liberdades, outros foram perseguidos, presos e torturados ou caíram na clandestinidade por integrarem movimentos sociais clandestinos. Outros, porém, optaram por militar na imprensa alternativa durante a década de 1970 e, ao partirem por esse caminho, encontraram uma forma de projeção na militância política através dos jornais. Além disso, com a aprovação do Decreto-

Lei n. 972 em 1969¹⁸ que estabeleceu o diploma em jornalismo como obrigatório para o exercício da profissão, uma série de transformações no mercado resultaram em desdobramentos que foram sentidos duas décadas depois.

A regulamentação da profissão e a exigência do diploma em jornalismo para o exercício profissional repercutiu diretamente na configuração do mercado devido à chegada de uma nova geração de jornalistas portadores de diploma que originou um conflito geracional por posições de maior autonomia e autoridade. Esse conflito – cujo auge pode ser datado nos anos 80 e 90 – fez com que o campo jornalístico cindisse em dois grupos distintos: os “antigos” e “novos” jornalistas. Os “antigos” jornalistas definem-se pela valorização do autodidatismo, pela experiência prática adquirida nas redações e pelo posicionamento crítico em relação às instâncias de poder, especialmente no que se refere à luta contra a censura durante a ditadura civil-militar. Os novos jornalistas são vistos pelos mais experientes como tecnocratas e acríticos. A tensão se estabeleceu pela contraposição de dois capitais simbólicos distintos, um deles identificado com a trajetória profissional e o outro associado à titulação universitária (Bergamo, 2011).

Entretanto, a segunda metade do século 20 também significou para outros ofícios culturais um período de profissionalização e regulamentação. Contraditoriamente, na década de 1970, aqueles que tiveram suas aspirações frustradas pelo golpe civil-militar de 1964 conseguiram se colocar no mercado graças à chamada “modernização autoritária” empreendida pelo regime militar ajudada pelos avanços na industrialização e urbanização da sociedade brasileira iniciada na década de 1950, cujos resultados eram perceptíveis na segunda metade do século 20. Dessa maneira, intelectuais, artistas e jornalistas foram cooptados pela Indústria Cultural e pelo Estado autoritário a partir dos anos 70. Dá-se então uma situação de ambiguidade. Ao mesmo tempo em que o Estado censurava, reprimia e exterminava seus

¹⁸A definição jurídica da profissão de jornalista se formalizou em 1969. O Decreto-Lei n. 972, de 17 de outubro de 1969, assinado pela Junta Militar e o ministro do Trabalho e Previdência Social, dispõe sobre o exercício da profissão de jornalista. E o Decreto-Lei 65.912, pelo Artigo 15, explicita e complementa a regulamentação. É nessa legislação autoritária que se consagra a reserva de mercado para quem é portador de diploma de jornalismo, uma providência que até a Constituinte de 1987 dividiu os profissionais numa polêmica que só teve fim com a Constituição de 1988. Por ela, o diploma de jornalismo é a condição para se obter o registro profissional, como a previa a legislação de 1969 (Bahia, 2009, p. 413). Somente em 2009 o Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu o Decreto-Lei n. 972 que exigia o diploma de curso superior de jornalismo para o exercício da profissão. Pode-se acrescentar que o investimento na criação de cursos de jornalismo remonta à década de 1940, a partir do momento em que o então presidente Getúlio Vargas criou o curso de jornalismo por meio do Decreto n. 5.480, de 13 de maio de 1943.

opositores ele também incentivava a modernização dos setores da cultura e comunicação dando subsídios às empresas privadas e atribuindo espaço dentro da ordem aos profissionais da cultura. Nesse contexto, foram implementados incentivos às emissoras de TV, ao mercado editorial, às indústrias fonográfica e cinematográfica. Poder-se-ia afirmar que nos anos 70 se consolidou no Brasil uma Indústria Cultural propriamente dita. No âmbito estatal há um amplo processo de cooptação estimulada pela criação da Embratel, do Ministério das Comunicações e de instituições de fomento à cultura como a Embrafilme, o Instituto Nacional do Livro, o Serviço Nacional do Teatro, a Fundação Nacional de Artes (Funarte) e o Conselho Nacional de Cultura. No âmbito das universidades, através dos incentivos em ciência e tecnologia foram desenvolvidos os sistemas de pós-graduação e apoio à pesquisa através dos quais os críticos ao regime puderam realizar projetos com relativa liberdade. Segundo Ridenti, a ambiguidade constitutiva da modernização autoritária resultou em um processo de acomodação dos setores acadêmicos de oposição que contribuiu de certa forma para a longevidade do regime militar (Ridenti, 2001; 2005).

A profissionalização do jornalista, do escritor, do intelectual de carreira na figura do pesquisador docente e a legalização da atividade política com a redemocratização repercutiram na identidade tradicional do jornalista na qual se confluíam esses ofícios. O resultado para muitos dos membros da elite profissional foi a despolitização como se pode perceber no tratamento dado às novas gerações egressas das universidades nos anos 80 e 90. Essa percepção resta visível nos comentários dos jornalistas.

A vida profissional dentro da academia não deixou lembranças boas em Callado apesar de a ter avaliado positivamente em 1994. “Em 74 pedi demissão (do *Jornal do Brasil*), perdi contato com jornal. Hoje o meu gosto é realmente pelo texto mais acadêmico. Participo da redação da revista *Estudos Feministas* editada pelo CIEC (Coordenação Interdisciplinar de Estudos Contemporâneos) [...]”, porém na mesma entrevista ela menciona que não teve “prazer na universidade como tive no jornal, não tive nem mesmo na enciclopédia. Acho que a academia é mais hipócrita” (Callado apud Golin, p. 117). Na entrevista concedida ao CPDOC ela explica o motivo de ter desistido de dar aulas.

Tive a sensação de que não adiantava, de que tudo o que eu tentasse passar, tudo o que eu experimentasse com os alunos, ia ficar muito leve diante do fascínio deles pelas máquinas. Dar aula, para mim, é mais do que transmitir um ou outro conhecimento; é transmitir *experiência* e é despertar no aluno aquela vontade de saber mais. Quando o aluno vira para você e diz “ah, mas isso eu vou saber na *internet*”, “ah, não, pelo amor de Deus, *Machado de Assis* não, não é, Ana?”, tenho a sensação de que as pessoas

não querem aprender, não. Elas querem uma fórmula mágica, que lhes ensine a, automaticamente, chegar à redação e fabricar uma notícia [...] isso me dá um certo desânimo (Callado apud Golin, 1999, p. 49) (*grifos nossos*).

Do depoimento de Ana Arruda pode-se destacar as menções à experiência e ao escritor e também jornalista Machado de Assis. Essas referências remontam à identidade profissional tradicional ou clássica, onde há o intercâmbio com a literatura. Tal ressentimento sobre a universidade, motivo de abandono da docência, pode ser conferido também nos depoimentos de Kucinski. Em entrevista concedida a esta pesquisa Kucinski descreveu as razões pelas quais abandonou o jornalismo, a política e a docência.

Abandonei o jornalismo em boa hora. Na hora de sua decadência. Abandonei a militância política em boa hora: na hora de sua decadência. Abandonei o ensino do jornalismo por avaliar que as novas gerações não estavam motivadas pelo tipo de jornalismo que eu poderia ensinar. Hoje me considero e me proclamo ficcionista. Profissão: escritor (entrevista à autora)¹⁹.

Apesar da desilusão diante das transformações na profissão de jornalista, existe uma história da imprensa em construção e em debate. É a ela que muitos dos membros da elite profissional se dedicam na atualidade, seja como personagem, seja como escritor. Gabeira, Kucinski e Callado desempenham esses papéis e estão sujeitos aos conflitos em torno da construção de uma memória e uma história coletivas, como veremos na próxima seção.

III. ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO

Os registros biográficos e memorialísticos realizados em profusão nas últimas décadas do século anterior e nas primeiras décadas do século 21 na forma de livros de memórias, biografias, trabalhos científicos, entrevistas concedidas às instituições de pesquisa e documentação, entidades de classe e fundações voltadas para preservação da história e da memória da profissão, apresentam determinadas características significativas a respeito da estrutura e das transformações no mercado profissional jornalístico.

Os registros biográficos de jornalistas têm em comum o resgate da história individual e profissional entrelaçada à história das revistas e jornais reconhecidos pela historiografia do jornalismo, a exemplo de *Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa* (1991, 2003), de Bernardo Kucinski, na qual ele faz um resgate dos jornais alternativos que circularam entre as décadas de 60 e 80, alguns dos quais ele próprio integrou como *Opinião* e *Movimento*. Nesse livro de Kucinski, Ana Arruda

¹⁹ Entrevista concedida por KUCINSKI, Bernardo [jun 2015]. Entrevistadora Vaniucha de Moraes. A entrevista na íntegra encontra-se no Anexo E desta tese.

Callado é citada como uma das responsáveis pelo jornal *O Sol*, um dos precursores da imprensa alternativa carioca. O depoimento da jornalista também está presente no documentário *O Sol - caminhando contra o vento* realizado por Tetê Moraes (ex-diagramadora do jornal) lançado em 2006.

Os relatos memorialísticos de jornalistas apresentam como característica a associação entre a história individual e a história da imprensa brasileira. Isso pode ser identificado nos depoimentos de Ana Arruda Callado ao Projeto Memória do Jornalismo, criado pelo curso de jornalismo da Escola de Comunicação da UFRJ com a finalidade de registrar a experiência dos protagonistas da história da imprensa nacional, e nos depoimentos para o CPDOC (Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas) que resultaram em um dos capítulos do livro *Elas ocuparam as redações - depoimentos ao CPDOC* (2006), que funciona como segundo volume de duas obras que tratam de expor os resultados de uma pesquisa sobre os protagonistas da modernização da imprensa realizados pela mencionada instituição. Ainda uma outra obra originada de pesquisa acadêmica e publicada em livro, no qual a jornalista descreve sua trajetória, é *Memórias de vida e criação* de Cida Golin, pesquisadora da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul que reuniu entrevistas com esposas de grandes escritores brasileiros.

É recorrente nesses registros autobiográficos o entrelaçamento entre a história individual e a história do país, como se pode observar nos livros de autoria de Fernando Gabeira: *O que é isso companheiro?* (1979), *Onde está tudo aquilo agora? Minha vida na política* (2012) e *Democracia Tropical* (2017).

É prática comum a publicação de livros nos quais são reproduzidos artigos e reportagens outrora publicados em jornais e revistas somados a relatos autobiográficos. São exemplos os livros *Diário de uma crise* (1984), *Manual dos sobreviventes* (2009) e *Navegação na Neblina* (2006), de Fernando Gabeira, e *Brasil dos Correspondentes* (2008), organizado por Jan Rocha, que conta com um relato de Bernardo Kucinski sobre sua experiência como correspondente do *The Guardian* no Brasil. Tais publicações parecem ter se inspirado na biografia de Cláudio Abramo *A regra do jogo – o jornalismo e a ética do marceneiro*, lançada em 1988, e empreendem um resgate da vida do biografado e apresentam uma compilação de textos já publicados na imprensa.

São traços comuns entre esses registros biográficos a remissão à militância política e a exaltação de um padrão de jornalista. Pode-se notar essa qualidade especificamente nos depoimentos tomados por entidades de classe como o Sindicato dos Jornalistas do Rio de Janeiro que instituiu o *Centro de Cultura e Memória do Jornalismo* para o qual Ana Arruda Callado concedeu uma entrevista. Perguntada sobre

como os jornais antes da promulgação do AI-5 mostravam a ambiência política e cultural da época, ela responde:

Era isso. Dando notícia de peça censurada e prestigiando as pessoas que estavam, de certa maneira, perseguidas pela ditadura. Porque depois de 1968 não era censura, era perigo. Não é à toa que o Chico foi embora, que o Caetano foi embora. Mas nesse período exatamente em que o *Sol* existiu, era um período em que a censura estava prejudicando os negócios [...] é preciso ver que naquele momento - basta você ver a passeata dos cem mil - a cultura e a política estavam ligadas porque as duas grandes forças que lutaram contra a ditadura foram os estudantes e a classe artística e intelectual (Callado apud Briso; Siqueira, 2008).

Os registros memorialísticos de Kucinski e Callado foram identificados também em instituições voltadas à preservação da memória e história militantes como o *Instituto Vladimir Herzog* do qual partiram as iniciativas memorialísticas *Resistir é preciso* e *Memórias da Ditadura*. Esses projetos se propuseram a apresentar a história recente para as novas gerações e dar visibilidade aos protagonistas da imprensa alternativa, jornalistas, intelectuais e artistas que resistiram ao regime ditatorial.

Entretanto como a história está em constante construção e as memórias são passíveis de sofrer influência do contexto em que são mobilizadas, os registros dos jornalistas em questão expressam o conflito em torno da memória e da história da profissão. *O que é isso companheiro?* (1979), de Fernando Gabeira, é um exemplo.

A princípio poder-se-ia conjecturar que o sequestro no embaixador Elbrik seria o marco temporal, uma vez que estabelece um antes e depois na trajetória de Fernando Gabeira. O episódio foi descrito em detalhes no primeiro livro do jornalista *O que é isso companheiro?* de 1979, retratado no cinema por Bruno Barreto no filme homônimo em 1997, e inúmeras vezes revisitado em entrevistas, artigos, livros. É compreensível que assim seja, pois o sequestro seguido pela prisão e exílio foram responsáveis pela construção da imagem pública do jornalista, ex-militante e escritor. Entretanto, Gabeira empreende um esforço narrativo em demarcar o exílio como real marco temporal de sua trajetória pois foi nele que se reorientou ideológica e politicamente.

Durante a temporada em que o ex-militante e exilado político residiu na Suécia despontava no horizonte dos movimentos sociais europeus a causa ambientalista consubstanciada por novas perspectivas calcadas na alimentação saudável, combate ao uso de agrotóxicos, preservação da saúde humana e do meio ambiente. A percepção desse movimento ensejou uma reorientação política e ideológica, como relata Gabeira.

Sem que me desse conta, estava se iniciando uma grande transformação na minha vida. Não posso precisar sua

gênese nem estabelecer uma rigorosa cronologia (...) Eu já duvidava daquilo que apresentávamos como uma alternativa ao reformismo radical: a luta armada (...) Olhando-me no espelho, vi que eu parecia um viúvo que tinha perdido a esposa de muitos anos e, inconscientemente, parara no tempo. Usava cabelos compridos, bigodes, fumava cigarros de fumo negro, Gauloises, e ainda vestia roupas que ganhara de presente pelo caminho (...) Embora eu não soubesse precisamente o que fazer com as novas ideias no Brasil, elas me libertavam da expectativa de uma remotíssima revolução e abriam o caminho para aprofundar a democracia. Nenhum desses temas sozinho tinha condições de substituir a luta de classes, articulando todos os outros. O único que tratava diretamente de como produzir e consumir era a ecologia (Gabeira, 2012, pp. 108-111).

Certamente, o impacto maior de *O que é isso companheiro?* foi a influência no chamado “embate pelo controle da memória traumática” (Wainberg, 2010) uma vez que o livro se propunha a desmontar certos dogmas da esquerda como se pode perceber pelo seguinte excerto da edição do livro publicado pela Companhia das Letras em 2009 na qual o jornalista discorre sobre o quão a guerrilha se destituía de qualquer intelectualidade à medida em que se militarizava.

A questão central era a de que uma estrutura como aquela, fatalmente, em caso de chegar ao poder, iria entrar em conflito com os intelectuais, pois estava localizada num campo em que dificilmente poderia captar e estimular a riqueza da produção intelectual num país como o Brasil. Entrar em conflito ainda é um pouco de eufemismo. O poder, quando entra em conflito, de um modo geral parte para a repressão. E quem mais dedicado à repressão intelectual do que o intelectual que se nega? Quem mais capaz do que ele para orientar os seus inimigos? O assustador naquele período de exaltação do militarismo foi o quanto andamos perto de uma visão muito rígida e burocratizante, incapaz de libertar não apenas as forças culturais dos setores onde atuávamos, mas incapaz de inclusive liberar nossa própria potencialidade (Gabeira, 2009, p.134).

Quando o livro foi adaptado para o cinema em 1997 por Bruno Barreto novas polêmicas foram suscitadas pois alguns críticos acusaram a adaptação de suavizar a repressão militar enquanto infantilizava a figura dos militantes. Nessa celeuma o que estava em jogo era a contestação do enquadramento da recordação direcionada às novas gerações empreendidas por certas interpretações disseminadas pela produção cultural que envolviam eventos dolorosos e a reputação de alguns envolvidos (Wainberg, 2010). Os desdobramentos das duas obras (livro e adaptação cinematográfica) evidenciam uma disputa envolvendo dois grupos antagônicos remanescentes da militância de esquerda. O embate se dá pela construção da memória e o controle sobre o passado, o presente e o futuro (Kushnir, 2000). No meio do conflito entre os ex-militantes ainda aferrados

às antigas convicções e os revisionistas, Fernando Gabeira construiu seu discurso calcado no revisionismo das posturas adotadas e apontou para uma terceira via calcada na militância ambientalista.

A profusão das produções em torno da história e memória da imprensa, especialmente nos anos 1990 e 2000 não foi ao acaso, mas o desdobramento de um conflito em torno da definição da memória da profissão. Por consequência, alguns profissionais foram erigidos à condição de porta-vozes, guardiães da memória coletiva e mantenedores da identidade profissional. Há, portanto, uma relação intrínseca entre os relatos biográficos e memorialísticos e suas condições de produção.

O historiador Michel Pollak sublinha que memória e identidade estão presentes em conflitos intergrupais diversos. Nas disputas para o estabelecimento e manutenção da memória e identidade coletivas há esforços constantes nos trabalhos de enquadramento da memória.

O trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história. Esse material pode sem dúvida ser interpretado e combinado a um sem-número de referências associadas; guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las, esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro (Pollak, 1989, p. 3).

Os embates que serviram como pano de fundo para o registro e publicação dos relatos em foco se associam a um contexto de redefinição da identidade jornalística. As biografias, memórias e trabalhos acadêmicos do período referido se destinavam à edificação simbólica do modelo de jornalista a ser reproduzido e cultuado, aquele que conjuga a atividade na imprensa com incursões pela literatura e pela militância política. Callado e Kucinski na condição de pesquisadores docentes de universidades produziram trabalhos sobre história da imprensa nos quais se tornaram ao mesmo tempo personagens e artífices dessa história. É emblemático dessa linhagem de produções *Jornalistas e Revolucionários* no qual jornalista paulistano conta a história da imprensa alternativa através de seus protagonistas. Gradualmente, a partir da consolidação de programas de pós-graduação que concederam novos espaços de progressão na carreira para jornalistas, o *locus* privilegiado da produção da historiografia da imprensa migrou da esfera política para a esfera universitária. A jornalista e professora Ana Arruda Callado é exemplar dessa transposição já que foi uma das precursoras no exercício da profissão munida de um diploma e pelo relevante número de depoimentos dados por ela para pesquisas científicas e projetos memoriais²⁰.

²⁰ Repórteres pioneiras: resgate da trajetória de três jornalistas através da História Oral (tese de doutorado) de Alex Criado, ECA-USP, São

IV. CONSIDERAÇÕES FINAIS

São considerados membros da elite jornalística aqueles que obtiveram êxito em quatro esferas de atuação em particular: a *modernização da imprensa*, a *política*, a *literatura* e a *universidade*. Portanto, depreende-se desses registros que a ascensão da elite jornalística se dá de forma circunscrita a esses âmbitos. Em outras palavras, poder-se-ia dizer que o caminho percorrido por esses profissionais ocorreu em uma espécie de circuito fechado que lhes garantiu em última instância o pertencimento a uma elite profissional.

O registro de narrativas de histórias de vida desempenhou um papel de importância fundamental para a consolidação dos denominados grandes nomes da imprensa nacional. No transcorrer das décadas de 1990 e 2000 houve um aumento gradual das produções culturais calcadas nas reminiscências de antigos jornalistas e suas trajetórias pessoais e profissionais. No mercado editorial, em produções cinematográficas e no âmbito acadêmico cresceu o número de pesquisas sobre a história de jornalistas que se destacaram na carreira a partir da segunda metade do século 20, especialmente aqueles que conquistaram visibilidade nas décadas de 1960 e 1970.

Os profissionais coligidos somente puderam se sobressair entre tantos outros porque foram selecionados para monumentalização por especialistas responsáveis pelo enquadramento da memória. Isto é, os profissionais retratados podem ser considerados membros da elite jornalística porque seus nomes e trajetórias foram monumentalizados pela historiografia da imprensa. Nesse sentido, os registros das reminiscências e histórias de vida foram cruciais pois com eles os jornalistas empreenderam iniciativas de simbolização e legitimação com as quais puderam atestar sua existência material, política e intelectual dentro do restrito panteão de notáveis jornalistas brasileiros.

A análise dos registros memoriais jornalísticos evidenciou o processo de profissionalização dos agentes, uma vez que entre as décadas de 1960 e 2000, jornalistas, escritores, políticos e intelectuais encontraram um cenário profícuo para o estabelecimento de carreiras. Com isso pode-se inferir que o aumento da produção memorialística foi o resultado da migração de muitos jornalistas para a carreira acadêmica em função da consolidação de programas de pós-graduação em Comunicação Social a partir dos anos 1970. Assim, se poderia inferir que o aumento no número de cursos de pós-graduação e o ingresso de jornalistas nas universidades na condição

de pesquisadores e professores resultou em um impacto maior no mercado profissional jornalístico do que propriamente a exigência do diploma para o exercício da profissão entre 1969 e 2009. Isso porque o fortalecimento dos cursos de graduação e pós-graduação não apenas propiciou novas oportunidades de carreira, como criou uma nova e importante instância de consagração responsável pelo registro da história da imprensa e de seus profissionais.

Entre as instâncias de consagração, as universidades destacam-se uma vez que parcela significativa da historiografia da imprensa recente partiu de trabalhos de pesquisa realizados por pesquisadores vinculados a programas de pós-graduação e instituições de pesquisa. Considerando que o espaço de atuação docente foi constituído por muitos jornalistas militantes é possível levantar a hipótese de que as universidades são atualmente o *locus* privilegiado na produção de história e memória da imprensa em detrimento das esferas política, literária e jornalística. Porém, essa é uma indagação que enseja outra investigação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BAHIA, Juarez. *Jornal, história técnica: história da imprensa brasileira*, 4ª Edição. São Paulo: Ed. Ática, 2009. 445 p.
2. BARBOSA, Marialva. *História Cultural da Imprensa. Brasil – 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauá X, 2007. 262 p.
3. BERGAMO, Alexandre. Reportagem, Memória e História no Jornalismo Brasileiro. *Mana* [online]. 2011, vol.17, n.2, pp. 233-269. ISSN 0104-9313. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-93132011000200001>> Acesso em: 19 agosto de 2012.
4. BIOGRAFIA. Fernando Gabeira. Conheça dos Deputados. *Câmara dos Deputados*. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/deputados/pesquisa/la-youts_deputados_biografia?pk=74841&tipo=1>. Acesso em: 13 fev. 2004.
5. BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: *Razões Práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papius, 2005. pp. 74-82.
6. CALLADO, Ana Arruda. Entrevista a Alzira Alves de Abreu e Thiago Hostenheiter. In: ABREU, Alzira Alves.; ROCHA, Dora (Org.). *Elas ocuparam as redações: depoimentos ao CPDOC*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. pp. 17-49.
7. _____. Ana Arruda Callado. In: GOLIN, Cida. *Memórias de vida e criação*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1999. pp. 84-128.
8. _____. Entrevista a Carla Siqueira e Caio Barreto Briso. *Centro de Cultura e Memória do Jornalismo*. set. 2008. Disponível em: <<http://www.ccmj.org>>.

Paulo (2000); Os estudos de gênero na pesquisa em comunicação no Brasil (artigo) de Ana Carolina Escosteguy e Márcia Rejane Messa (Contemporânea, vol. 4, nº 2, dez 2006); Intelectuais feministas na imprensa brasileira (artigo) de Alice Mitika Koshiyama (Anpuh, 2007).

- br/sites/default/files/pdf/5/Arquivo%20para%20download.pdf>. Acesso em 25 out. 2017.
9. _____. Protagonistas dessa história. *Resistir é Preciso*. Instituto Vladimir Herzog. Disponível em: <<http://resistirepreciso.org.br/>>. Acesso em: 17 jan. 2015.
 10. _____. Entrevista a Andressa de Oliveira Spata. *Projeto Memória do Jornalismo/ UFRJ*. Novembro de 2008. Disponível em <http://memoriadojornalismo.com.br/perfis_biograficos_interna.php?id=28>. Acesso em: 21 out. 2016.
 11. GABEIRA, Fernando. *O que é isso companheiro?* São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
 12. _____. *Onde está tudo aquilo agora? Minha vida na política*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
 13. KUCINSKI, Bernardo. *Jornalistas e Revolucionários: nos tempos de Imprensa Alternativa*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003. 441p.
 14. _____. *K. Relato de uma busca*. São Paulo: Cosac Naify, 2014.
 15. _____. Alguma Memória. *Kucinski*. São Paulo, 2009. Disponível em: <http://kucinski.com.br/visualiza_noticia.php?id_noticia=390>. Acesso em: 5 maio 2014.
 16. _____. Correstrangeiros: como me tornei correspondente do *The Guardian* e outras histórias. *Kucinski*. São Paulo, 2007. Disponível em: <http://kucinski.com.br/visualiza_noticia.php?id_noticia=389>. Acesso em: 5 maio 2014.
 17. KUCINSKI, Bernardo. Protagonistas dessa história. *Resistir é Preciso*. Instituto Vladimir Herzog. Disponível em: <<http://resistirepreciso.org.br/>>. Acesso em: 17 jan. 2015.
 18. KUSHNIR, Beatriz. Depor as armas – a travessia de Cony e a censura no Partidão. *Anos 90*. Porto Alegre, n. 13, jul, pp. 85-110, 2000.
 19. LOPES, Fernanda Lima. *Jornalista por canudo: o diploma e o curso superior na construção da identidade jornalística*. (Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro), 2012.
 20. MICELI, Sérgio. *Intelectuais à Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
 21. PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil – entre o povo e a nação*. São Paulo: Editora Ática, 1990. 335 p.
 22. PETRARCA, Fernanda. Construção do Estado, esfera política e profissionalização no jornalismo no Brasil. *Revista de Sociologia Política*. Curitiba, v. 18, n. 35, 2010, pp. 81-94.
 23. POLLAK, Michel. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: FGV, vol. 2, n. 3, 1989.
 24. RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 31, 2003, pp. 147-160.
 25. RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV*. São Paulo: Editora Unesp, 2014. 449 p.
 26. _____. Artistas e intelectuais no Brasil pós-1960. *Tempo Social*. São Paulo, v. 17, n. 1, 2005, pp. 81-110.
 27. _____. Intelectuais e artistas brasileiros nos anos 1960/70: “entre a pena e o fuzil”. *Art Cultura*. Uberlândia, v. 9, n. 14, 2007, p. 185-195.
 28. TRAUQUINA, Nelson. *Teorias do Jornalismo – Porque as notícias são como são*. Volume 1. Florianópolis: Insular, 2005.
 29. WEINBERG, Jacques. O embate pelo controle da memória traumática brasileira. *Intexto*. Porto Alegre: UFRGS v. 2, n. 23, pp. 50-68, 2010.